

Venezuela em transe



“Afronta gravíssima à soberania”

Sem citar Maduro ou Trump, Lula critica ataque à Venezuela, reúne ministros e pede resposta “vigorosa” da comunidade internacional

» VICTOR CORREIA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» IAGO MAC CORD
» RAPHAEL PATI
» DANANDRA ROCHA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenou o ataque dos Estados Unidos à Venezuela que culminou na captura do ditador Nicolás Maduro e mobilizou o governo federal, ontem, para avaliar as consequências para o Brasil. De férias em uma base militar na Restinga da Marambaia, no Rio de Janeiro, Lula comandou, por videoconferência, duas reuniões ministeriais no Itamaraty. Para ele, a operação dos EUA foi uma “flagrante violação do direito internacional”, abrindo precedente “gravíssimo” para outros países. Nos próximos dias, o governo federal vai cobrar em fóruns mundiais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma ação “vigorosa” contra a mobilização militar ordenada por Trump.

“Os bombardeios em território venezuelano e a captura do seu presidente ultrapassam uma linha inaceitável. Esses atos representam uma afronta gravíssima à soberania da Venezuela e mais um precedente extremamente perigoso para toda a comunidade internacional. Atacar países, em flagrante violação do direito internacional, é o primeiro passo para um mundo de violência, caos e instabilidade, onde a lei do mais forte prevalece sobre o multilateralismo”, declarou Lula, em nota oficial.

“A ação lembra os piores momentos da interferência na política da América Latina e do Caribe e ameaça a preservação da região como zona de paz. A comunidade internacional, por meio da Organização das Nações Unidas, precisa responder de forma vigorosa a esse episódio. O Brasil condena essas ações e segue à disposição para promover a via do diálogo e da cooperação”, acrescentou. Na nota, Lula não citou nominalmente nem Maduro nem Donald Trump.

Participaram das reuniões o chanceler Mauro Vieira e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, ambos de forma remota; o ministro

AFP



Maria Laura Rocha (E), José Múcio e Mirian Belchior (D), após reunião ministerial: governo monitora crise e pede repúdio internacional ao ataque dos EUA

da Defesa, José Múcio Monteiro; e a secretária-geral do Itamaraty, embaixadora Maria Laura da Rocha. No encontro, Lula cobrou de seus auxiliares mais informações sobre o cenário no país vizinho.

Vieira, por sua vez, relatou a ligação que fez para o chanceler venezuelano, Yván Gil Pinto, e informou que não há registro de brasileiros entre as vítimas da ação militar no país vizinho. A segunda reunião, no fim da tarde de ontem, contou com o reforço do ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira; do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski; e da embaixadora do Brasil em Caracas, Glivânia Maria de Oliveira.

Em entrevista, José Múcio afirmou que, não houve alteração no fluxo de imigrantes venezuelanos para o Brasil. “A situação da fronteira nunca foi tão tranquila.

Movimento mínimo. É como se fosse um grande feriadão”, disse ele. Cerca de 100 brasileiros que estavam no país a turismo conseguiram voltar sem problemas ao Brasil. Militares ouvidos pelo **Correio** apontam que não houve mudanças na atuação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica até o momento. As Forças seguem monitorando eventuais desdobramentos e mantêm suas ações habituais, como a Operação Acolhida, do Exército, que recepciona refugiados em Pacaraima, Roraima (**Leia abaixo**).

A secretária-geral do Itamaraty reforçou que a posição do presidente Lula “será apresentada na reunião do Conselho de Segurança, convocada para segunda-feira, na parte da manhã”. O Brasil deve participar, hoje, também de uma reunião ministerial da Comunidade de Estados Latino-Americanos

e Caribenhos (Celac). A diplomata respondeu que, apesar dos contatos com autoridades venezuelanas, não houve diálogo com o governo americano. “Teremos contato se a ocasião aparecer. Faremos durante a reunião do Conselho de Segurança. Não cabe a nós fazer nenhum tipo de contato”, frisou. A diplomata esclareceu que o governo brasileiro reconhece a vice-presidente de Maduro, Delcy Rodriguez, como atual chefe do Executivo venezuelano.

Impactos

Na avaliação da professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Carolina Pedroso, especialista em política da América Latina e Estados Unidos, o ataque dos EUA visa o controle do petróleo. “Uma maior produção de petróleo venezuelano poderá afetar o preço e as estratégias dos exportadores aqui na América Latina, incluindo o Brasil. A gente pode esperar também um crescente interesse em recursos estratégicos para além do petróleo”, avaliou. Analistas do setor preveem alta das ações da Petrobras nos próximos dias por causa dos impactos que a intervenção militar provocará na produção venezuelana.

“Nunca, na América do Sul, uma intervenção desse tipo tinha sido efetivada pelos Estados Unidos”, lembrou ela. A professora aponta que, em ano eleitoral, o ataque coloca a relação entre Lula e Maduro como um tema central para a disputa ao Planalto, em outubro.

A internacionalista e diretora da BMJ Consultores Associados Ana Paula Abritta apontou que a ação dos EUA visa o controle do petróleo. “Uma maior produção de petróleo venezuelano poderá afetar o preço e as estratégias dos exportadores aqui na América Latina, incluindo o Brasil. A gente pode esperar também um crescente interesse em recursos estratégicos para além do petróleo”, avaliou. Analistas do setor preveem alta das ações da Petrobras nos próximos dias por causa dos impactos que a intervenção militar provocará na produção venezuelana.

Três perguntas para

Elisa de Sousa Ribeiro, vice-presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF

Arquivo pessoal



Do ponto de vista do direito internacional, como o Brasil deve se posicionar diante da crise na Venezuela?

A retirada de um presidente em exercício do território nacional por outro país viola princípios fundamentais do direito internacional, previstos em tratados e consolidados na jurisprudência internacional. A realização de uma operação em território estrangeiro sem autorização do Conselho de Segurança da ONU configura violação da Carta das Nações Unidas. O Brasil, como principal ator regional, maior país da América do Sul, vizinho da Venezuela e com canais diplomáticos abertos com os Estados Unidos, pode exercer um papel de mediação. A atuação brasileira deve ser cautelosa, buscando evitar o agravamento do conflito e a militarização da região, privilegiando soluções jurídicas e diplomáticas em vez do uso da força.

Como a crise impacta o Brasil em termos de segurança nacional?

Uma operação militar próxima à fronteira de qualquer país gera grande insegurança jurídica e política, mesmo que esse país não seja o alvo direto. A retirada do chefe de Estado pode gerar instabilidade interna, guerra civil ou conflitos sucessórios. Essa instabilidade política e jurídica, somada à presença militar estrangeira próxima, gera insegurança independentemente das relações bilaterais. Não acredito em invasão ao território brasileiro, mas é, sem dúvida, um momento de tensão regional.

A defesa do multilateralismo pela diplomacia brasileira limita ou fortalece o diálogo do Brasil com os EUA e a Venezuela?

Acredito que fortalece. Esse histórico confere ao Brasil credibilidade internacional. Embora existam momentos de dissenso, a diplomacia brasileira mantém uma linha relativamente constante. Isso reforça o reconhecimento internacional do Brasil como ator confiável e relevante, especialmente em fóruns multilaterais e em temas como direitos humanos e direito internacional humanitário. (IMC)

Ataque incendeia a polarização nas redes

A invasão americana à Venezuela e a captura do ditador Nicolás Maduro, na madrugada de ontem, esquentou o debate entre políticos e movimentos de esquerda e de direita nas redes sociais. Enquanto governadores da oposição — e potenciais candidatos à Presidência neste ano — celebraram a operação e destacaram a relação entre o ex-líder venezuelano e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, integrantes do governo criticaram o ataque e alertaram para a possibilidade de que os Estados Unidos possam adotar atitudes semelhantes em relação ao Brasil.

“Quero parabenizar o presidente Trump pela brilhante decisão de libertar o povo da Venezuela, um

povo que estava sendo oprimido há décadas por tiranos antidemocráticos”, postou o governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), em suas redes sociais.

Já o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), destacou a relação do presidente brasileiro com Maduro. “Tudo isso só foi possível ao longo do tempo porque houve convivência, omissão, até apoio explícito de quem insistiu em chamar um ditador de companheiro”, disse ele, em vídeo que exibiu imagens de Lula com o presidente venezuelano, no Palácio do Planalto. “A Venezuela agora está vencendo a esquerda. E, no fim do ano, que o Brasil também vença”, em referência ao processo eleitoral no Brasil.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), desejou que o ataque “entre para a história como o dia da libertação do povo venezuelano, oprimido há mais de 20 anos pela narcodictadura chavista”.

Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais, disse esperar que a Venezuela possa se abrir novamente, com liberdade, responsabilidade, democracia e oportunidades reais para sua população reconstruir a própria história.

O único governador da oposição — também pré-candidato a presidente — que destoou do coro da direita foi Eduardo Leite (PSDB), do Rio Grande do Sul. Em postagem, apesar de criticar o regime de Maduro, ressaltou que “a

violência exercida por uma nação estrangeira contra outra soberana, à margem dos princípios básicos do direito internacional, em especial o de não intervenção, é igualmente inaceitável”.

Esquerda repudia

Entre políticos de esquerda, a posição foi de repúdio à operação militar. A ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, rebateu as publicações bolsonaristas e os acusou de defender intervenções estrangeiras. “A euforia de Ratinho Junior e outros bolsonaristas com a invasão da Venezuela pelos EUA não tem nada a ver com defesa da democracia. Ao

contrário, reflete o desejo de uma intervenção estrangeira no Brasil, contra a nossa democracia”, escreveu Gleisi, nas redes.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, defendeu que haja um movimento unificado de países da América Latina em defesa do povo venezuelano, contra a intervenção dos EUA. “Alguém acha que Trump está preocupado com democracia? Ele quer petróleo”, postou ele.

O PT também condenou “veementemente” a invasão. “O bombardeio em Caracas e o sequestro do presidente configuraram a mais grave agressão internacional registrada na América do Sul no século 21”, destacou a legenda. (VC, FAL e IMC)

Fronteira “tranquila, monitorada e aberta”

» VINICIUS DORIA

O posto de fronteira entre Brasil e Venezuela, no município de Pacaraima (RR), chegou a ser fechado pelo Exército da Venezuela, na madrugada de ontem, após o ataque dos Estados Unidos ao país vizinho, mas foi reaberto no início da tarde. Segundo o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, a região fronteiriça está “tranquila, monitorada e aberta”. A declaração foi dada logo após a primeira reunião ministerial convocada pelo Palácio do Planalto para avaliar a crise no país vizinho.

A segurança do lado brasileiro da zona de fronteira é feita pelo Exército — com cerca de 2,2 mil militares. No momento, não

há planos para ampliar a presença de efetivos na região, segundo fontes da Força ouvidas pelo **Correio**.

A avaliação, por enquanto, é que não deve haver uma nova onda de imigração como a registrada entre 2018 e 2019, quando cerca de 500 mil venezuelanos entraram no Brasil por Pacaraima. Essa onda migratória fez com que o governo federal montasse a Força-Tarefa Logística Humanitária da Operação Acolhida, que atua até hoje na região para receber e realocar os venezuelanos.

O governo de Roraima informou, por sua vez, que “acompanha com atenção os acontecimentos relevantes na Venezuela e eventuais repercussões na estabilidade regional, reafirmando o compromisso

com a paz, a ordem pública e a segurança da população roraimense”. O governador do estado, Antônio Denarium (PP), chegou a sugerir que o Palácio do Planalto determinasse o fechamento da fronteira, temendo uma nova onda migratória em Pacaraima. A cúpula do governo estadual manteve contato permanente com Brasília “para monitorar possíveis desdobramentos que possam impactar a rotina da população”.

Diplomacia

Em nota, o governo de Roraima declarou que “reforça a importância de que questões internacionais sejam conduzidas por meio de mecanismos diplomáticos e do

diálogo, evitando qualquer escalada de conflito que comprometa a estabilidade e o bem-estar dos povos da região”.

A Operação Acolhida informou que o fluxo de entrada pelo posto de Pacaraima permanece “ordenado e seguro, sem registro de alteração significativa no movimento migratório” e que está preparada para qualquer alteração desse cenário.

Muitos brasileiros que estavam no lado venezuelano retornaram ao Brasil assim que os militares do país vizinho reabriram a passagem entre os dois países. Os venezuelanos que estavam no lado brasileiro, por sua vez, foram autorizados a retornar, em princípio, a pé. Depois, veículos também puderam fazer a travessia.



Militares da Venezuela fecharam a fronteira com o Brasil por algumas horas